



Simulado Final

SEFAZ SE

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado SEFAZ SE – Pós-Edital

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFAZ SE;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SE-27-03>

01 – A B C D E	31 – A B C D E	61 – A B C D E	91 – A B C D E
02 – A B C D E	32 – A B C D E	62 – A B C D E	92 – A B C D E
03 – A B C D E	33 – A B C D E	63 – A B C D E	93 – A B C D E
04 – A B C D E	34 – A B C D E	64 – A B C D E	94 – A B C D E
05 – A B C D E	35 – A B C D E	65 – A B C D E	95 – A B C D E
06 – A B C D E	36 – A B C D E	66 – A B C D E	96 – A B C D E
07 – A B C D E	37 – A B C D E	67 – A B C D E	97 – A B C D E
08 – A B C D E	38 – A B C D E	68 – A B C D E	98 – A B C D E
09 – A B C D E	39 – A B C D E	69 – A B C D E	99 – A B C D E
10 – A B C D E	40 – A B C D E	70 – A B C D E	100 – A B C D E
11 – A B C D E	41 – A B C D E	71 – A B C D E	101 – A B C D E
12 – A B C D E	42 – A B C D E	72 – A B C D E	102 – A B C D E
13 – A B C D E	43 – A B C D E	73 – A B C D E	103 – A B C D E
14 – A B C D E	44 – A B C D E	74 – A B C D E	104 – A B C D E
15 – A B C D E	45 – A B C D E	75 – A B C D E	105 – A B C D E
16 – A B C D E	46 – A B C D E	76 – A B C D E	106 – A B C D E
17 – A B C D E	47 – A B C D E	77 – A B C D E	107 – A B C D E
18 – A B C D E	48 – A B C D E	78 – A B C D E	108 – A B C D E
19 – A B C D E	49 – A B C D E	79 – A B C D E	109 – A B C D E
20 – A B C D E	50 – A B C D E	80 – A B C D E	110 – A B C D E
21 – A B C D E	51 – A B C D E	81 – A B C D E	111 – A B C D E
22 – A B C D E	52 – A B C D E	82 – A B C D E	112 – A B C D E
23 – A B C D E	53 – A B C D E	83 – A B C D E	113 – A B C D E
24 – A B C D E	54 – A B C D E	84 – A B C D E	114 – A B C D E
25 – A B C D E	55 – A B C D E	85 – A B C D E	115 – A B C D E
26 – A B C D E	56 – A B C D E	86 – A B C D E	116 – A B C D E
27 – A B C D E	57 – A B C D E	87 – A B C D E	117 – A B C D E
28 – A B C D E	58 – A B C D E	88 – A B C D E	118 – A B C D E
29 – A B C D E	59 – A B C D E	89 – A B C D E	119 – A B C D E
30 – A B C D E	60 – A B C D E	90 – A B C D E	120 – A B C D E

PORTEGUÊS

Fabricio Dutra

Texto CGAA001

O artigo inaugural da Constituição Federal estabelece que o Brasil é regido segundo as regras do Estado Democrático de Direito e possui como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa. Essa previsão de regência pelas regras do Estado de Direito se traduz no chamado império da Lei, pois o poder da lei está acima da lei do poder.

O Estado cria a lei e, ao mesmo tempo, se submete a ela. Nesse cenário, destaca-se o papel exercido pela Constituição Federal. Pois, além de se constituir em um Estado Democrático de Direito, o Brasil funda-se nos conceitos de um Estado Constitucional, regido por uma Constituição, de modo que toda e qualquer lei criada deve respeitar os seus limites e as suas diretrizes, sob pena de incompatibilidade com sistema adotado.

O Estado Constitucional deve assegurar a centralidade da pessoa e a garantia de seus direitos fundamentais como vínculos estruturais de toda a organização política que rege a dinâmica social em todas as suas formas e segmentos. Logo, o Estado deve exteriorizar uma política de atuação apta a garantir o respeito às liberdades civis e, sobretudo, o respeito aos direitos e às garantias fundamentais, prevendo uma efetiva proteção jurídica.

01. Quantos aos aspectos gramaticais do texto, assinale a alternativa correta

- a) No último período do primeiro parágrafo, a conjunção ‘pois’ poderia ser substituída por ‘porquanto’, com manutenção do sentido.
- b) No trecho ‘O Estado Constitucional deve assegurar a centralidade’, o verbo auxiliar ‘deve’ denota uma hipótese.
- c) No último parágrafo, o termo ‘aos direitos e às garantias fundamentais’ exerce a função de objeto indireto.
- d) No segundo parágrafo, o termo ‘de modo que’ denota causa.
- e) No trecho ‘toda a organização política que rege a dinâmica social’, poderia ser inserido o acento de crase no ‘a’, com manutenção da correção gramatical.

02. Quantos aos aspectos gramaticais do texto, assinale a alternativa incorreta

- a) No primeiro período, o termo ‘que’ introduz uma oração que apresenta valor substantivo.
- b) No segundo período do segundo parágrafo, a partícula ‘se’ poderia ser corretamente anteposta ao verbo ‘destaca’.
- c) No trecho ‘O Estado cria a lei e, ao mesmo tempo, se submete a ela’, se a vírgula, após a conjunção ‘e’, for retirada, a correção gramatical será prejudicada.
- d) No último parágrafo, o termo ‘de seus direitos fundamentais’ exerce a função de complemento nominal.
- e) No segundo parágrafo, o termo ‘o papel exercido pela Constituição Federal’ exerce a função de sujeito sintático.

Texto CGAA002

Comemorado em 17 de julho, o Dia Mundial de preservação às florestas reforça a necessidade da responsabilidade ambiental, principalmente no Brasil. Neste ano, a pandemia e o isolamento social trouxeram à tona o tema frequentemente discutido na agenda global: a preservação ambiental. Porém, é no oposto desse movimento que o Brasil caminha, já que, de acordo com dados da plataforma Global Forest Watch, o país é o líder em desmatamento florestal.

A data chama atenção para uma problemática atual e urgente do Brasil: o desmatamento. De acordo com dados preliminares do governo, o país registra, pelo quarto mês consecutivo, aumento no desmatamento da Amazônia. Só no mês de junho, os índices apresentaram um aumento de 1,8%, quando comparados ao mesmo período do ano passado.

Com cada vez mais desmatamento e menos conscientização sobre a preservação, a advogada e bióloga, Cristiana Nepomuceno, alerta que a credibilidade do Brasil, em temas relacionados às pautas ambientais, se perde. “A responsabilidade ambiental é um dever de todo cidadão. Não é mais possível conviver com a alta poluição e com o desmatamento de áreas, é preciso alinhar, na prática, o discurso de um país sustentável”.

03. Assinale a alternativa correta, quanto aos aspectos linguísticos.

- a) No primeiro período, o termo ‘às florestas’ exerce a função de objeto indireto.
- b) No último parágrafo, o termo ‘Cristiana Nepomuceno’ exerce a função de sujeito.
- c) A oração ‘conviver com a alta poluição’ exerce a função de sujeito.
- d) No último período, o termo ‘na prática’ exerce função explicativa.
- e) No segundo período, o verbo ‘trouxeram’ poderia ser flexionado no singular ‘trouxe’, mantendo-se a correção gramatical e o sentido.

04. Quantos aos aspectos linguísticos, assinale a alternativa incorreta.

- a) No período ‘é no oposto desse movimento que o Brasil caminha’, o que é um pronome relativo.
- b) No segundo parágrafo, a expressão ‘De acordo com’ tem valor semântico de conformidade.
- c) No primeiro período do segundo parágrafo, o sinal de dois-pontos – após o termo ‘Brasil’ – poderia ser substituído por uma vírgula.
- d) No penúltimo período, o termo ‘dever’ pertence à classe dos substantivos.
- e) No segundo parágrafo, a vírgula após ‘1,8%’ é facultativa.

Texto CGAA003

Na Atividade de Inteligência, os vieses cognitivos decorrem de simplificações cognitivas que o profissional de Inteligência comete involuntariamente ao processar informações. O ambiente em que ocorre a Atividade de Inteligência, cuja principal razão de existência é o processamento eficiente de informações complexas, tende a deixar os envolvidos mais vulneráveis a esses mecanismos cerebrais simplificadores devido às pressões contextuais, como incerteza, ambiguidade, estresse e rápidas mudanças de objetivos. Portanto, é importante que o profissional de Inteligência conheça o funcionamento de seu próprio processo mental e esteja alerta para os erros que pode cometer ao desenvolver sua análise.

05. Segundo os aspectos linguísticos, assinale a alternativa correta.

- a) No primeiro período, o termo ‘que’ exerce a função de sujeito da oração em que ocorre.
- b) Poderia ser inserida corretamente uma vírgula após o termo ‘involuntariamente’, no primeiro período.
- c) O termo ‘a Atividade de inteligência’ exerce a função de objeto direto do verbo ‘ocorre’.
- d) No segundo período, se fosse inserido um acento de crase na expressão ‘tende a deixar’ seria mantida a correção gramatical.
- e) No primeiro período, o verbo ‘decorrem’ é intransitivo.

06. Assinale a alternativa correta.

- a) Na expressão ‘devido às pressões contextuais’, a retirada do acento grave de crase manteria a correção gramatical.
- b) No último período, na expressão ‘pode cometer’, o verbo ‘pode’ poderia ser flexionado no plural, com manutenção da correção gramatical.
- c) A expressão ‘cuja principal razão’ estabelece relação de coesão textual com o termo ‘ambiente’.
- d) Se a vírgula, após o termo ‘Inteligência’, fosse retirada, seria provocada uma incorreção gramatical.
- e) A expressão ‘ao desenvolver sua análise’ apresenta valor de condição.

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE

Sérgio Henrique

07. Assinale a alternativa errada.

- a) Um fator determinante do crescimento da economia sergipana, desde os anos setenta do século passado, tem sido os desempenhos dos setores de petróleo e gás, e, em menor grau, da atividade de produção de fertilizantes.
- b) Dos poços no estado, destaca-se o campo de Carmópolis, o maior em volume de reservas do país e o primeiro descoberto na bacia sedimentar de Sergipe-Alagoas, em 1963.
- c) O peso do setor externo na economia sergipana é o que garante sua expressiva participação nas exportações nacionais, especialmente o petróleo e a soja, o milho e a laranja.
- d) Em 2007, o campo de Piranema começou a produzir. Uma inovação adotada para esse campo foi a instalação do primeiro sistema flutuante de produção, armazenamento e exportação de óleo redondo do mundo. A exploração do campo foi encerrada em 2020.
- e) A produção no estado de Alagoas é basicamente terrestre, com destaque para a produção de gás. O único campo marítimo da bacia localizado nesse estado é o de Paru (Bacia Alagoas-Sergipe).

08. Assinale a alternativa errada:

- a) A extinção do tráfico de africanos fez o preço subir e os escravizados foram vendidos para os engenhos do litoral ou para o Sudeste que passava pelo ciclo do café.
- b) A agroindústria açucareira no século XIX, base da economia sergipana, fez surgir um animado comércio em algumas cidades, como Estância, Maruim e Laranjeiras, o principal porto da província.
- c) O algodão e o açúcar eram produtos agrícolas de exportação, e a produção era exportada através do porto de Aracaju, que após a independência deixou de depender dos portos baianos.
- d) As transações comerciais na província eram realizadas através de suas quatro barras; a do rio São Francisco, rio Sergipe, rio Cotinguiba e a do rio Real. Cotinguiba era onde o comércio era mais movimentado.
- e) A abolição da escravidão em 1888 só fez agravar a crise que constantemente afetava a economia provincial e que foi a sua maior marca no período imperial.

09. Assinale a alternativa errada.

- a) Olímpio Campos, chefe do partido republicano, PR, organizou a primeira oligarquia da República em Sergipe. A Oligarquia olimpista, mais do que a oligarquia de um partido. A ascensão do Monsenhor Olímpio foi com o governo Campos Sales, o articulador do Pacto Oligárquico.
- b) Fausto Cardoso, era um intelectual seguidor das ideias do positivista Tobias Barreto, foi deputado federal foi reeleito em 1906, na oposição ao Ms. Olímpio.
- c) A Revolta de Fausto Cardoso, em 10 de agosto de 1906 foi contra o governador Guilherme Campos, olimpista. Fausto Cardoso foi a figura mais influente, cujo pensamento levou ao ato, mas não estava na cidade quando ocorreu.
- d) O congresso federal e a presidência da República reconduziram os governadores ao cargo. Fausto Cardoso inconformado com a decisão do parlamento entrou em confronto com as tropas federais e foi baleado e morto em 28 de agosto de 1906.
- e) A memória de Fausto Cardoso foi apagada até que foi recuperada quando foi homenageado em 1982 nomeando a praça principal do centro de Aracaju, no contexto da redemocratização do Brasil.

10. Assinale a alternativa errada.

- a) Graccho Cardoso foi governador de Sergipe entre 1922 e 1926, e contra seu governo ocorreram levantes tenentistas em 1924 e 1926.
- b) O principal líder tenentista contra Graccho foi Augusto Maynard, que na Revolução de 30 foi nomeado interventor de Sergipe por Getúlio Vargas e governou 1934 e renunciou logo que percebeu que não se reelegeria.
- c) 1942 Augusto Maynard retornou à interventoria. Governou Sergipe todo o período da Segunda Guerra e deixou o governo em 27 de outubro de 1945.
- d) Getúlio Vargas aliou-se aos jovens tenentes e muitos dos líderes tenentistas fizeram parte dos quadros do governo. Vargas iniciou uma luta contra o cangaço e os coronéis por todo país.
- e) O cangaço foi duramente reprimido durante o governo Vargas, quando foi exterminado o grupo de Lampião em 1938, no cerco em Aracaju, quando tentou distrair a volante que o perseguiu no sertão, mas foi denunciado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

11. O direito de reunião é direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Considerando o que o texto constitucional dispõe sobre este direito, é certo que:

- a) A reunião deve ser pacífica e sem armas.
- b) A reunião pode ocorrer com pessoas armadas.
- c) A reunião necessita de autorização do poder público para ocorrer.
- d) É permitido frustrar-se outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- e) É permitido realizar-se a reunião e, somente depois, avisar aos órgãos públicos de controle sobre a sua realização, desde que seja expedido relatório circunstanciado sobre como ela ocorreu.

12. De acordo com o Artigo 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- b) direito administrativo, custos fixos e variáveis, contabilidade de custos e gerencial.
- c) procedimentos, atos e fatos administrativos.
- d) registro de pessoas físicas em Juntas Comerciais.
- e) organização, garantias, direitos e deveres dos policiais militares.

13. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) A vitaliciedade, nos Tribunais, será adquirida após dois anos de efetivo exercício da atividade.
- b) Os ministros do STF podem perder o cargo em condenação por crime de responsabilidade no Senado.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente nos crimes comuns os Ministros de Estado.
- d) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário, pois exerce controle externo sobre ele.
- e) O magistrado pode ser removido por interesse público, mediante decisão da maioria simples dos membros do tribunal ao qual ele está alocado.

14. Joilson, Senador pelo Estado de Goiás, solicitou à sua assessoria jurídica um parecer a respeito da aplicabilidade do disposto no art. 5º, XIII, da Constituição Federal de 1988, que assegura, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, o livre “exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. De acordo com sua assessoria, esse tipo de comando, que dispõe sobre a possibilidade de o seu alcance ser restringido pela legislação infraconstitucional, é considerado uma norma:

- a) de eficácia plena.
- b) programática.
- c) de eficácia limitada, de princípio institucional;
- d) de eficácia variável;
- e) de eficácia contida.

15. Assinale a alternativa que apresenta hipótese de suspensão dos direitos políticos.

- a) Incapacidade civil absoluta
- b) Cancelamento da naturalização por sentença, ainda que não transitada em julgado.
- c) Condenação em ação popular.
- d) Qualquer condenação criminal.
- e) Prisão do cidadão.

16. Zuleide praticou uma infração penal e, após amplas investigações, a instituição com atribuição constitucional ajuizou uma ação penal em face dela. Essa instituição é:

- a) o Ministério Público;
- b) a Defensoria Pública;
- c) a Procuradoria-Geral do Estado;
- d) a Polícia Judiciária;
- e) o Poder Judiciário.

17. Em relação ao concurso público para ingresso na Administração Pública, a Constituição da República estabelece que:

- a) o prazo de validade do concurso público é de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- b) a investidura em cargo efetivo ou em comissão depende de aprovação prévia em concurso público, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;
- c) as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- d) os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, e destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, recaindo exclusivamente sobre funcionários não concursados;
- e) é imprescindível a realização de concurso público para contratação por tempo determinado com objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

18. A República Federativa do Brasil celebrou tratado internacional sobre Direitos Humanos. A respeito da incorporação desse tratado à ordem jurídica interna, é correto afirmar, considerando a sistemática estabelecida na Constituição da República, que ele equivalerá

- a) sempre à lei ordinária.
- b) sempre à lei complementar.
- c) sempre à emenda constitucional.
- d) a emenda constitucional, se cada Casa do Congresso aprová-lo, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros.
- e) a emenda constitucional, se cada Casa do Congresso aprová-lo, em dois turnos, por dois terços dos votos dos membros.

19. A respeito da organização político-administrativa da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros do Distrito Federal.
- b) Os Municípios podem explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado e podem, inclusive, regulamentar a matéria por meio de medida provisória.
- c) Os Municípios brasileiros regem-se por suas respectivas leis orgânicas.
- d) Compete à União executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- e) É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios combater as causas da pobreza e os fatores da marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

20. Considerando as normas constitucionais que versam sobre o Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) Compete ao STF processar e julgar, originariamente, a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- b) Em se tratando de recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o STF examine a admissão do recurso, somente podendo o tribunal recusá-lo por manifestação da maioria absoluta de seus membros, em atenção à cláusula de reserva de plenário.
- c) Compete ao procurador-geral da República suscitar, perante o STJ, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.
- d) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quatro anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- e) A inamovibilidade do magistrado pode ser mitigada por motivo de interesse público, desde que fundada em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

21. Em se tratando das pessoas naturais, pessoas jurídicas e da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinalei a alternativa correta:

- a) A personalidade e a capacidade plena são adquiridas ao mesmo tempo, a partir do nascimento com vida da pessoa natural.
- b) O Direito brasileiro admite apenas a existência de pessoas jurídicas de direito público interno e de direito privado.
- c) Exceto nas hipóteses em que não há intuito difamatório, o nome da pessoa natural pode ser utilizado por outrem em publicações que a exponham ao desrezo público.
- d) Geralmente, a lei começa a vigorar no Brasil quarenta e cinco dias após sua publicação oficial e, nos Estados estrangeiros noventa dias após a publicação.
- e) A lei, após entrar em vigor, passa a ter efeito imediato e geral, respeitdos, porém, o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada

22. Jorge, conta atualmente, com 97 anos de idade. Desde muito jovem sonhava em comprar um Cadillac azul marinho. Recentemente, descobriu que seu vizinho Tobias havia adquirido um carro como o que sempre sonhara e fez uma oferta generosa pelo automóvel. Diante da tentadora oferta, Tobias vendeu o automóvel a Jorge. Passado algum tempo, os filhos de Jorge notaram que ele havia se confundido quanto a cor, pois o carro era verde musgo e não azul marinho. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa que esteja em consonância com o Código Civil de 2002.

- a) O negócio jurídico celebrado entre Tobias e Jorge deve ser anulado, pois em razão da idade avançada, este é considerado relativamente incapaz.
- b) O negócio jurídico celebrado por Tobias e Jorge pode ser anulado no prazo decadêncial de quatro anos, contados da data em que se realizou, em virtude de erro substancial.
- c) O negócio jurídico celebrado entre Tobias e Jorge deve ser anulado, pois está envolto pelo vício de lesão, uma vez que aquele, se aproveitando da inexperiência deste, o fez adquirir o carro por um preço manifestadamente desproporcional.
- d) O negócio jurídico celebrado entre Tobias e Jorge é plenamente válido e eficaz, não havendo a presença de vícios ou fatores que geram a anulabilidade ou a nulidade do negócio.
- e) O negócio jurídico celebrado entre Tobias e Jorge é nulo em razão da incapacidade absoluta de Jorge e da simulação feita pelo então dono do automóvel.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

23. Assinale a opção correta acerca dos procedimentos de escrituração contábil, do regime de apuração e do sistema de partidas dobradas da Cia Sergipe S/A.

- a) No livro diário, o recebimento de R\$ 30.000,00 antecipados de um cliente deve ser registrado a débito da conta caixa ou banco e a crédito no passivo, na conta de adiantamento de clientes. Assim sendo, não há efeito no total das disponibilidades da empresa.
- b) Um financiamento obtido no valor de R\$ 200 mil representa um passivo de curto ou longo prazo para a empresa, em função da quantidade e vencimento de parcelas para amortização da dívida.
- c) O recebimento da antecipação de um cliente no valor de R\$ 60 mil representa um ativo, em função do direito de entregar mercadorias ou prestar serviços em momento posterior.
- d) As demonstrações contábeis obrigatórias para a companhia serão elaboradas pelo Regime de Competência, sem exceções.
- e) Caso a empresa esteja apurando o resultado pelo regime de caixa, serão consideradas apenas receitas e despesas incorridas, mesmo que seja sem efeito financeiro.

Texto base para as suas próximas questões.

A Cia Estância S/A A adquiriu, a prazo, em 31.12.x0, estoques de mercadorias para revenda, no valor de R\$ 200.000,00. O prazo para pagamento é de 60 dias. Caso a operação fosse à vista, o valor das mercadorias seria de R\$ 190.000,00.

24. Considerando os fatos apresentados e o método das partidas dobradas, para a Cia Estância S/A a operação de aquisição representará um fato contábil:

- a) modificativo diminutivo.
- b) modificativo aumentativo.
- c) permutativo.
- d) misto aumentativo.
- e) misto diminutivo.

25. A contabilização da aquisição de mercadorias, no caso apresentado, representa um lançamento de:

- a) 1^a Fórmula
- b) 2^a Fórmula
- c) 3^a Fórmula
- d) 4^a Fórmula
- e) 5^a Fórmula

26. A empresa Sergipana S/A adquiriu um veículo que será utilizado para o transporte de mercadorias. A depreciação do ativo deve cessar quando

- a) o veículo for classificado como mantido para venda.
- b) o veículo estiver ocioso.
- c) o veículo não puder gerar mais valor.
- d) a vida útil do veículo estiver próxima do seu término.
- e) o valor em uso for menor que o valor contábil registrado

27. Acerca de contabilização de vendas, compras, devoluções, abatimentos, despesas e receitas, assinale a opção correta.

- a) O reconhecimento de uma receita pode ser consequência de um aumento em ativos, de diminuição de passivos, bem como entradas de recursos no Patrimônio Líquido decorrentes de operações com os sócios.
- b) Os abatimentos sobre vendas são registrados em contas credoras, consideradas na apuração do lucro bruto.
- c) O ICMS e o IPI são subtraídos da receita bruta para encontrarmos a receita líquida de vendas.
- d) Diferente do que prevê a legislação societária, para as normas internacionais de Contabilidade a Demonstração do Resultado do Exercício se inicia pela Receita Líquida.
- e) Na determinação do resultado do exercício serão computados as receitas e os rendimentos ganhos no período, desde que haja sua realização financeira.

Com base nas informações fornecidas pela contabilidade da empresa ATALAIA S/A a seguir, responda às questões.

Vendas Brutas de Mercadorias	200.000,00
Estoque inicial de Mercadorias	80.000,00
Compra líquidas	40.000,00
Estoque final de mercadorias	40.000,00
Despesas gerais e administrativa	50.000,00
Receitas Financeiras	10.000,00
Despesas Financeiras	6.000,00
Impostos sobre vendas – 17%	

28. O lucro bruto apurado no período corresponde a (R\$):

- a) 34.000,00.
- b) 80.000,00.
- c) 120.000,00.
- d) 86.000,00.
- e) 30.000,00.

29. Em 2022, as atividades operacionais da Cia. X consumiram R\$ 30.000, as atividades de financiamentos consumiram R\$ 70.000 e as atividades de investimento geraram R\$ 120.000. Qual foi o saldo de caixa e equivalentes a caixa da Cia. X em 31/12/2022, considerando que esse saldo em 01/01/2022 era de R\$ 140.000?

- a) 120.000
- b) 80.000
- c) 20.000
- d) 160.000
- e) 260.000

30. Considere as seguintes informações sobre a empresa comercial Estância Nova S/A que atua na venda de calçados:

- ✓ vendeu todas as mercadorias adquiridas no período, obtendo uma receita no valor de R\$230.000,00;
- ✓ adquiriu mercadorias para revenda no período correspondente a R\$110.000,00. Não tinha estoque inicial de mercadorias;
- ✓ teve as seguintes despesas no período: salários – R\$60.000,00; depreciação – R\$10.000,00; serviços de autônomos contratados – R\$25.000,00; impostos – R\$5.000,00;
- ✓ não obteve outras receitas;
- ✓ distribuiu 70% do lucro entre os sócios.

Diante do exposto, a Demonstração do Valor Adicionado deverá apresentar o Valor Adicionado a Distribuir correspondente a

- a) R\$30.000,00.
- b) R\$84.000,00.
- c) R\$85.000,00.
- d) R\$95.000,00.
- e) R\$12.000,00.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

31. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.
- c) Atualização do valor monetário da Base de Cálculo do Tributo, até o limite do Índice Oficial de Correção Monetária.
- d) Alteração da alíquota do IR.
- e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

32. Conforme regramento constitucional sobre o princípio da não-surpresa, não faz parte das exceções elencadas pelo legislador constituinte para o princípio da anterioridade nonagesimal:

- a) Majoração de alíquota de Imposto de Importação.
- b) Majoração de alíquota de Imposto de Renda.
- c) Instituição de Empréstimo Compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
- d) Instituição de Impostos Extraordinários de Guerra.
- e) Majoração de alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados.

33. Em relação aos conceitos, classificações, princípios e imunidades tributários, indique a alternativa correta.

- a) Pode o Presidente da República editar, em caso de relevância e urgência, medida provisória, com força de lei, para instituir imposto sobre grandes fortunas.
- b) A União, os Estados, e o Distrito Federal, poderão instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, Impostos extraordinários de Guerra.
- c) Todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais.
- d) Alíquotas “*ad valorem*” são aquelas que incidem sobre uma unidade de medida específica.
- e) Livros digitais e os equipamentos eletrônicos destinados à sua leitura são imunes da incidência de tributos.

34. Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU, indique a alternativa correta.

- a) É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.
- b) É permitido ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- c) A adoção do IPTU progressivo no tempo é a última medida a ser tomada pelo Poder Público no caso do não cumprimento da função social da propriedade urbana.
- d) A restrição à utilização da propriedade referente a área de preservação permanente em parte do imóvel urbano afasta a incidência do IPTU.
- e) A partir da EC 29/00, o IPTU não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

35. Em relação à legislação tributária, julgue os itens a seguir:

- I-) Em relação ao ICMS, resolução do Congresso Nacional, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos congressistas, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- II-) Segundo o CTN, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas são normas complementares da legislação tributária.
- III-) À exceção do ICMS, II e IE, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

Está correto o que se afirmar em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

36. Vige em determinado Município lei que isenta do IPTU imóveis com até cinquenta metros quadrados, em que residam famílias que possuam renda “per capita” de até R\$ 250,00 mensais. Ainda, para que haja fruição do benefício fiscal, algum membro da família que reside no imóvel deve ter o direito de usar, gozar e dispor desse imóvel. Em março de 2021, devido a grave crise econômica enfrentada pela Administração Pública desse Município, foi publicada uma lei extinguindo tal benefício fiscal.

De acordo com o CTN e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue as afirmações a seguir, indicando a correta.

- a) Revogada a isenção, o tributo torna-se imediatamente exigível.
- b) A lei que extingue a isenção desse tributo entra em vigor apenas no dia 01/01/2022.
- c) A lei começa a vigorar no Município quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- d) O Município deve aguardar 90 dias da publicação da referida lei para que possa haver a exigência da exação.
- e) A referida família não será atingida pela referida lei, pois a isenção concedida em função de determinadas condições não pode ser livremente suprimida.

37. Em relação à obrigação tributária, fato gerador, sujeito passivo e sujeito ativo, julgue os itens a seguir, indicando o **incorreto**.

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A Obrigação acessória tem por objeto o pagamento de juros, multas e acréscimos financeiros, enquanto a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributos.
- c) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- d) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- e) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

38. Sobre a responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir, indicando o correto.

- a) São solidariamente responsáveis o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- b) São pessoalmente responsáveis as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.
- c) São solidariamente responsáveis o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- d) São pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- e) A interrupção da prescrição a favor de um dos obrigados prejudica aos demais

39. Julgue as alternativas a seguir de acordo com o CTN, em relação ao crédito tributário, lançamento e modalidades de lançamento, e indique a correta.

I-) Quando o lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, diz-se que há a retroatividade da lei tributária.

II-) Quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional sempre ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

III-) O CTN prevê expressamente que a competência para constituir o crédito tributário é privativa da autoridade administrativa, razão pela qual essa atividade é indelegável.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

40. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a determinar a matéria tributável.

II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

41. As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

42. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

43. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

44. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- a) à situação econômica do sujeito ativo.
- b) ao erro ou ignorância inexcusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
- c) a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.
- d) à diminuta importância da obrigação tributária.
- e) ao interesse do sujeito passivo.

45. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e, sempre, o dos corresponsáveis, bem como, sendo o caso, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- b) a maneira de calcular a quantia devida.
- c) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- d) a data em que foi extinta.
- e) sempre, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

AUDITORIA FISCAL

Guilherme Santanna

Situação hipotética: Ao examinar os livros e registros contábeis da empresa Toro Rosso, o Auditor-Fiscal Randy Mamola constatou que havia um saldo de R\$ 90.000,00 na conta do Passivo Circulante, denominada Empréstimos e Financiamentos. Verificou, ainda, que os únicos dois lançamentos na conta foram o relativo à contratação, em que a empresa constituiu uma dívida de R\$ 120.000,00; e um outro registro, no valor de R\$ 30.000,00, referente ao pagamento de uma parcela da dívida. Em procedimento de circularização com a instituição financeira, concluiu que a dívida contraída se referia a um empréstimo para obtenção de capital de giro, a ser pago em quatro parcelas de R\$ 30.000,00 cada, e que todas elas haviam sido pagas ao banco, em dinheiro e na mesma data.

46. No caso em tela, é correto afirmar que o auditor constatou um:

- a) Passivo fictício
- b) Ativo oculto
- c) Passivo oculto
- d) Ativo fictício
- e) Patrimônio oculto

47. Na situação hipotética apresentada, o fenômeno observado pelo auditor:

- a) Configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, não sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- b) Configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- c) Não configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- d) Não configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, não sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- e) É algo perfeitamente normal na atividade empresarial, não cabendo nenhuma ação por parte da auditoria.

- 48.** Assinale, a seguir, a situação que caracteriza o suprimento de caixa não comprovado:
- Recursos de caixa (ou equivalentes) fornecidos pela empresa a administradores, sócios da sociedade não anônima, entre outros, cuja efetividade da entrega e origem dos recursos não sejam comprovadamente demonstradas.
 - Contabilização de numerário na conta caixa proveniente de ação delituosa.
 - Recursos de caixa (ou equivalentes) fornecidos à empresa por administradores, sócios da sociedade não anônima, entre outros, cuja efetividade da entrega e origem dos recursos não sejam comprovadamente demonstradas.
 - Recursos financeiros em espécie fornecidos à empresa por administradores, sócios da sociedade não anônima, entre outros, cuja efetividade da entrega e origem dos recursos sejam comprovadamente demonstradas.
 - Injeção de numerário no caixa da empresa sem o correspondente registro na contabilidade.

Situação hipotética: considere que, ao realizar uma auditoria na *Palillo & Brothers Comércio de Peças Automotivas*, o auditor tenha observado a seguinte situação na conta caixa:

Caixa

100.000	120.000
80.000	130.000
	70.000

49. Diante do observado na situação hipotética acima, pode-se concluir que:

- A situação configura-se em saldo devedor de caixa, não sendo hipótese de presunção legal de omissão de receita.
- A situação configura-se em saldo credor de caixa, não sendo hipótese de presunção legal de omissão de receita.
- A situação configura-se em saldo devedor de caixa, uma das hipóteses de presunção legal de omissão de receita.
- A situação configura-se em saldo credor de caixa, uma das hipóteses de presunção legal de omissão de receita.
- A situação configura um estouro de caixa, não sendo hipótese de presunção legal de omissão de receita.

50. O fenômeno observado na situação hipotética acima:

- a) Configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, não sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- b) É algo perfeitamente normal na atividade empresarial, não cabendo nenhuma ação por parte da auditoria.
- c) Não configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- d) Não configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, não sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- e) Configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.

51. Se a contagem física dos estoques for realizada em outra data que não a data das demonstrações contábeis, o auditor deve:

- a) Executar procedimentos para obter evidência de auditoria de que as variações no estoque entre a data da contagem e a data das demonstrações contábeis estão adequadamente registradas.
- b) Efetuar ou observar algumas contagens físicas, em uma data alternativa, e executar procedimentos de auditoria sobre transações ocorridas entre as duas datas.
- c) Aplicar procedimentos alternativos de auditoria para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação à existência e às condições do estoque.
- d) Obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação à existência e as condições do estoque.
- e) Definir e executar os procedimentos de auditoria de modo a identificar litígios e reclamações envolvendo a entidade.

52. O acompanhamento da contagem física dos estoques envolve, EXCETO:

- a) inspeção do estoque para determinar a existência e avaliar as condições e execução de teste de contagem.
- b) observação do cumprimento das instruções da administração.
- c) observação da execução de procedimentos para registrar e controlar os resultados da contagem física dos estoques.
- d) obtenção de evidência de auditoria quanto à confiabilidade dos procedimentos de contagem da administração.
- e) avaliação dos riscos de distorção relevante relacionados com o estoque.

53. A auditoria dos investimentos classificados no ativo permanente tem como finalidade, EXCETO:

- a) determinar sua existência em poder da companhia ou em custódia com terceiros
- b) determinar se são de propriedade da companhia
- c) determinar se há despesas capitalizadas e, por outro lado, se a despesa não contém itens capitalizáveis
- d) determinar se a receita ou o prejuízo apropriável ao período foram adequadamente contabilizados
- e) determinar a existência de vinculações em garantia

54. A auditoria dos passivos tem como finalidade, EXCETO:

- a) determinar se são pertencentes à companhia
- b) determinar se foram utilizados os princípios de contabilidade geralmente aceitos, em bases uniformes
- c) determinar a existência de ativos dados em garantia ou vinculações aos passivos
- d) determinar sua existência física e a permanência em uso
- e) determinar se estão corretamente classificados nas demonstrações financeiras, e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas.

55. A auditoria do Patrimônio Líquido tem as seguintes finalidades, COM EXCEÇÃO de:

- a) determinar se as ações ou o título de propriedade do capital social foram adequadamente autorizados e emitidos
- b) determinar se todas as receitas, custos e despesas atribuídos ao período estão devidamente comprovados e contabilizados
- c) determinar se toda a norma descrita nos estatutos social e nas obrigações sociais e legais foram cumpridas
- d) determinar a existência de restrições de uso das contas patrimoniais
- e) determinar se o patrimônio líquido está corretamente classificado nas demonstrações financeiras e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas

56. Julgue os itens a seguir de acordo com as normas técnicas de auditoria:

- I. O auditor deve formar sua opinião sobre se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. Para formar essa opinião, o auditor deve concluir se obteve total segurança de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
- III. O auditor deve avaliar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável. Essa avaliação deve incluir a consideração dos aspectos quantitativos das políticas contábeis da entidade.

É CORRETO o que se afirma somente em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

57. Avalie as assertivas a seguir a marque a CORRETA:

- a) O relatório do auditor não pode ter data posterior à data em que ele obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a sua opinião sobre as demonstrações contábeis.
- b) Os tipos de opinião modificada são “opinião com ressalva” e “opinião adversa”.
- c) O auditor não deve modificar sua opinião quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que as demonstrações contábeis, como um todo, não apresentam distorções relevantes.
- d) O auditor deve expressar uma “Opinião adversa” quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e não generalizadas para as demonstrações contábeis.
- e) O auditor deve emitir uma opinião com ressalva quando não é possível para ele obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para fundamentar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes, mas não generalizados.

58. Nos termos da NBC TA 450 (R1) - Avaliação das Distorções Identificadas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Antes de avaliar o efeito de distorções não corrigidas, o auditor deve rever a materialidade determinada para confirmar se ela continua apropriada no contexto do resultado efetivo da entidade.
- b) O auditor deve determinar se as distorções não corrigidas são relevantes, individualmente ou em conjunto.
- c) O auditor deve comunicar as distorções não corrigidas aos responsáveis pela governança e o efeito que elas, individualmente ou em conjunto, podem ter sobre a opinião no seu relatório de auditoria, a menos que seja proibido por lei ou regulamento.
- d) Distorções projetadas são aquelas decorrentes de julgamento da administração, incluindo aquelas relacionadas a reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis.
- e) Distorção factual é aquela que não deixa dúvida.

59. O auditor independente, ao realizar uma auditoria, percebeu que as demonstrações contábeis da entidade não refletiram um evento que, em seu julgamento, poderiam levá-la a encerrar suas atividades. Neste caso, o auditor deve:

- a) Apresentar relatório com opinião com ressalva.
- b) Abster-se de emitir sua opinião.
- c) Incluir parágrafo de ênfase no relatório emitido com opinião sem ressalva.
- d) Apresentar relatório com opinião adversa.
- e) Comunicar o fato aos órgãos reguladores.

60. De acordo com as Normas Técnicas de Auditoria, avalie as alternativas a seguir e assinale a **INCORRETA**:

- a) A evidência de auditoria é mais confiável quando é obtida de fontes independentes externas à entidade.
- b) Em alguns casos, a administração se recusa a permitir que o auditor envie solicitações de confirmação externa. Nesse caso, a fim de preservar a qualidade do trabalho realizado, o auditor deve evitar a execução de procedimentos alternativos de auditoria.
- c) A confiabilidade da evidência de auditoria gerada internamente é maior quando os controles relacionados impostos pela entidade, são efetivos.
- d) Em alguns casos, a simples ausência de informações pode constituir evidência de auditoria.
- e) Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emmanuelle Gouveia

61. Analise as alternativas abaixo:

- I – O FTP, por padrão, exige senha e permite a troca de arquivos entre computadores.
- II- O serviço de FEED utiliza o servidor RSS.
- III – O HTTPS é um protocolo usado, por padrão, para permitir a troca de mensagens de e-mails entre os usuários.

Está (ão) correta (a):

- a) I e II.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III
- d) Apenas a I
- e) Todas

62. A VPN é um recurso de segurança amplamente utilizado. Sobre ela é correto afirmar que:

- a) A VPN utiliza as redes privadas para realizar comunicação segura entre elementos previamente definidos.
- b) As VPNs utilizam a Internet para ligar dois pontos previamente definidos. Geralmente utiliza firewall em suas extremidades e criptografia nos dados transmitidos.
- c) A VPN funciona como uma firewall na rede, controlando todas as entradas e saídas mediante regras pré-estabelecidas.
- d) VPNs são amplamente utilizadas em empresas e comércio em geral, visto que atingem maiores taxas de transmissão por utilizarem links dedicados.
- e) As VPNs são reguladas pelo ICP- Brasil, que define suas normas de funcionamento e regras de interação entre redes.

63. Sobre o Windows responda:

- a) Utiliza o item Aplicativos e Recursos, existente no menu configurações, para realizar a exclusão correta de programas, visto que apaga apenas os itens possíveis e desinstala o programa.
- b) Nele, a Cortana já traz todas as possibilidades de diálogos com o usuário pré-definidas.
- c) O registro do Windows é um programa utilizado para o controle de usuários cadastrado.
- d) A lixeira possui tamanho limitado e tempo definido para a permanência dos arquivos em seu escopo.
- e) A exclusão de itens permanentemente impede qualquer chance de recuperação desses dados.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

64. Segundo o Supremo Tribunal Federal, são requisitos para a incidência do princípio da insignificância, EXCETO:

- a) inexpressividade da lesão jurídica provocada.
- b) nenhuma periculosidade social da ação.
- c) desvalor relevante da conduta e do resultado.
- d) mínima ofensividade da conduta do agente.
- e) reduzido grau da lesão jurídica provoca.

65. Acerca de crime, considere os próximos itens.

I – A coação física irresistível é uma causa de excludente de culpabilidade e, em razão disso, haverá isenção da pena.

II – A conduta humana voluntária é irrelevante para configurar o crime culposo.

III – O erro de proibição é o erro incidente sobre a ilicitude do fato, diz respeito à ausência de potencial consciência da ilicitude, servindo, pois, de excludente da culpabilidade.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II.
- d) III.
- e) Nenhuma das alternativas.

66. Caio, durante a abordagem policial, atribuiu a si mesmo nome diverso, para que não fosse encontrado um mandado de prisão pendente de cumprimento. Contudo, o policial acabou por reconhecer Caio e efetuar a prisão. Durante o interrogatório, Caio alegou que utilizou nome diverso como autodefesa. Diante da situação hipotética, e levando em consideração o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de Caio é atípica, tendo em vista que agiu em autodefesa.
- b) Caio praticou o crime de falsa identidade.
- c) Caio praticou o crime de falsidade ideológica.
- d) Caio praticou o crime de supressão de documento.
- e) A conduta de Caio configura hipótese de excludente de culpabilidade.

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

67. O número de anagramas da palavra CARTOMANTE que começam por T ou terminam por A é:

- a) 3.628.800
- b) 362.880
- c) 322.560
- d) 40.320
- e) 5040

68. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- a) Junior não é pintor e Bia não é cozinheira.
- b) Ana é motoqueira ou Bia é cozinheira.
- c) César é matemático e Ana não é motoqueira.
- d) Junior é pintor e César não é matemático.
- e) Ana é motoqueira ou Junior não é pintor.

Tabela da Distribuição Normal Padrão
 $P(Z < z)$

z	0,0	0,01	0,02	0,03	0,04	0,05	0,06	0,07	0,08	0,09
0,0	0,5000	0,5040	0,5080	0,5120	0,5160	0,5199	0,5239	0,5279	0,5319	0,5359
0,1	0,5398	0,5438	0,5478	0,5517	0,5557	0,5596	0,5636	0,5675	0,5714	0,5753
0,2	0,5793	0,5832	0,5871	0,5910	0,5948	0,5987	0,6026	0,6064	0,6103	0,6141
0,3	0,6179	0,6217	0,6255	0,6293	0,6331	0,6368	0,6406	0,6443	0,6480	0,6517
0,4	0,6554	0,6591	0,6628	0,6664	0,6700	0,6736	0,6772	0,6808	0,6844	0,6879
0,5	0,6915	0,6950	0,6985	0,7019	0,7054	0,7088	0,7123	0,7157	0,7190	0,7224
0,6	0,7257	0,7291	0,7324	0,7357	0,7389	0,7422	0,7454	0,7486	0,7517	0,7549
0,7	0,7580	0,7611	0,7642	0,7673	0,7704	0,7734	0,7764	0,7794	0,7823	0,7852
0,8	0,7881	0,7910	0,7939	0,7967	0,7995	0,8023	0,8051	0,8078	0,8106	0,8133
0,9	0,8159	0,8186	0,8212	0,8238	0,8264	0,8289	0,8315	0,8340	0,8365	0,8389
1,0	0,8413	0,8438	0,8461	0,8485	0,8508	0,8531	0,8554	0,8577	0,8599	0,8621
1,1	0,8643	0,8665	0,8686	0,8708	0,8729	0,8749	0,8770	0,8790	0,8810	0,8830
1,2	0,8849	0,8869	0,8888	0,8907	0,8925	0,8944	0,8962	0,8980	0,8997	0,9015
1,3	0,9032	0,9049	0,9066	0,9082	0,9099	0,9115	0,9131	0,9147	0,9162	0,9177
1,4	0,9192	0,9207	0,9222	0,9236	0,9251	0,9265	0,9279	0,9292	0,9306	0,9319
1,5	0,9332	0,9345	0,9357	0,9370	0,9382	0,9394	0,9406	0,9418	0,9429	0,9441
1,6	0,9452	0,9463	0,9474	0,9484	0,9495	0,9505	0,9515	0,9525	0,9535	0,9545
1,7	0,9554	0,9564	0,9573	0,9582	0,9591	0,9599	0,9608	0,9616	0,9625	0,9633
1,8	0,9641	0,9649	0,9656	0,9664	0,9671	0,9678	0,9686	0,9693	0,9699	0,9706
1,9	0,9713	0,9719	0,9726	0,9732	0,9738	0,9744	0,9750	0,9756	0,9761	0,9767
2,0	0,9772	0,9778	0,9783	0,9788	0,9793	0,9798	0,9803	0,9808	0,9812	0,9817
2,1	0,9821	0,9826	0,9830	0,9834	0,9838	0,9842	0,9846	0,9850	0,9854	0,9857
2,2	0,9861	0,9864	0,9868	0,9871	0,9875	0,9878	0,9881	0,9884	0,9887	0,9890
2,3	0,9893	0,9896	0,9898	0,9901	0,9904	0,9906	0,9909	0,9911	0,9913	0,9916
2,4	0,9918	0,9920	0,9922	0,9925	0,9927	0,9929	0,9931	0,9932	0,9934	0,9936
2,5	0,9938	0,9940	0,9941	0,9943	0,9945	0,9946	0,9948	0,9949	0,9951	0,9952
2,6	0,9953	0,9955	0,9956	0,9957	0,9959	0,9960	0,9961	0,9962	0,9963	0,9964
2,7	0,9965	0,9966	0,9967	0,9968	0,9969	0,9970	0,9971	0,9972	0,9973	0,9974
2,8	0,9974	0,9975	0,9976	0,9977	0,9977	0,9978	0,9979	0,9979	0,9980	0,9981
2,9	0,9981	0,9982	0,9982	0,9983	0,9984	0,9984	0,9985	0,9985	0,9986	0,9986
3,0	0,9987	0,9987	0,9987	0,9988	0,9988	0,9989	0,9989	0,9989	0,9990	0,9990
3,1	0,9990	0,9991	0,9991	0,9991	0,9992	0,9992	0,9992	0,9992	0,9993	0,9993
3,2	0,9993	0,9993	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9995	0,9995	0,9995
3,3	0,9995	0,9995	0,9995	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9997
3,4	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9998
3,5	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998
3,6	0,9998	0,9998	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,7	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,8	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,9	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000

69. A jovem cientista Corujinha decide testar uma hipótese em um experimento químico. Para testar $H_0: \mu \leq 10$ contra $H_1: \mu > 10$, sendo μ a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- a) 0,102 e não rejeitar H_0 .
- b) 0,102 e rejeitar H_0 .
- c) 2,88 e não rejeitar H_0 .
- d) 0,002 e rejeitar H_0 .
- e) 0,002 e aceitar H_0 .

70. Uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos brasileiros acreditam em vida inteligente fora do planeta Terra. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de brasileiros que acreditam em vida inteligente fora do planeta Terra é:

- a) $64\% \pm 3,8\%$
- b) $64\% \pm 4,1\%$
- c) $64\% \pm 4,7\%$
- d) $64\% \pm 5,2\%$
- e) $64\% \pm 5,8\%$

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

71. Em regra, é vedada a indicação de marcas ou modelo nas licitações para aquisição de produto, dado restringir indevidamente o caráter competitivo necessário ao processo licitatório. Todavia, existem casos previstos na legislação (Lei 14.133/21), nos quais permite-se a menção a marcas e modelos.

Assinale a alternativa que não contém um desses casos:

- a) Quando um objeto de determinada marca ou modelo for o único capaz de atender a necessidade.
- b) Para manter a compatibilidade com padrões adotados pela Administração.
- c) Para aquisição de programas e sistemas de informática.
- d) Quando o objeto deve ser padronizado.
- e) Quando indicado como referência, de forma a facilitar a definição do objeto.

72. Com base na Nova Lei de Licitações, considere:

- I – A duração inicial do contrato deve estar prevista no edital da licitação.
- II – É permitida a realização de contratos verbais para pequenas compras, no valor de até R\$ 10.804,08.
- III - Nos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, o prazo de celebração poderá ser de até três anos.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, apenas.

73. O servidor Jorge, ocupante de cargo de chefia, está incumbido de diversas atribuições dentro da sua repartição e quer delegar algumas atividades a seus subordinados. Todavia, ao analisar a Lei 9.784/1999, descobriu que não pode(m) ser objeto de delegação:

- a) a edição de atos de elevada complexidade.
- b) a edição de atos de caráter normativo.
- c) as matérias de competência constitucional.
- d) a decisão em matérias de elevada complexidade.
- e) a edição de atos de caráter ordinatório.

74. Acerca do ato administrativo, considere:

- I - O silêncio administrativo, quando referente a atos de conteúdo discricionário ou vinculado, pode ser submetido ao controle judicial.
- II - O objeto do ato administrativo pode ser discricionário, sendo que o vício nesse elemento será, em regra, sanável.

III - Atos compostos necessitam da conjugação de vontades de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, apenas.

75. Acerca da concessão e permissão de serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Em um contrato de concessão pública, o poder concedente poderá autorizar que os financiadores e garantidores da concessionária assumam temporariamente a administração da concessionária, o que acarretará a responsabilidade destes em relação às obrigações e compromissos com terceiros, inclusive com o poder concedente ou empregados.
- b) Diferentemente do que acontece na delegação por concessão, não é obrigatória a licitação no caso de permissão de serviços públicos.
- c) A extinção da concessão por caducidade, assim como acontece na encampação, depende de indenização prévia.
- d) Caso determinado serviço público tenha sido delegado a consórcio de empresas em conformidade com a legislação, presume-se que a licitação correspondente tenha sido realizada na modalidade concorrência ou pregão.
- e) A modicidade das tarifas, princípio aplicado à concessão de serviços públicos, abrange o estabelecimento de tarifas que assegurem tanto a acessibilidade do serviço ao usuário quanto o lucro do concessionário.

76. Acerca dos princípios, atos e poderes administrativos, considere as seguintes afirmações:

- I - Dentre os deveres da administração pública, há o de atuação econômica, com qualidade e celeridade na prestação de serviços, o que está relacionado ao princípio expresso da eficiência.
- II - Em geral, tanto atos administrativos discricionários como vinculados devem ser motivados.
- III - A edição de atos normativos pela administração pode ser decorrente do poder de polícia, do poder regulamentar ou do poder hierárquico.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, apenas.

77. Quanto à contratação direta na nova lei de licitações, é INCORRETO afirmar que:

- a) exige-se instauração de processo administrativo capaz de justificar a contratação direta.
- b) pode ensejar a responsabilidade solidária do agente público por dano causado ao erário, no caso de contratação indevida ocorrida com erro grosseiro.
- c) as situações de licitação dispensada facultam ao gestor público a realização de contratação direta.
- d) é exemplificativo o rol de hipóteses de licitação inexigível do art. 74 da Lei 14.133/2021.
- e) é taxativo o rol de hipóteses de licitação dispensável do art. 75 da Lei 14.133/2021.

78. Suponha que determinado policial militar do Estado de Sergipe tenha causado danos a determinado repórter, que realizava a cobertura jornalística de uma manifestação de servidores que reivindicava a concessão de reajuste geral aos servidores. O dano foi decorrente do disparo de uma bala de borracha, pelo policial, e somente ocorreu porque o repórter descumpriu advertência clara e ostensiva do policial sobre acesso àquela área delimitada. Neste caso, é correto afirmar que, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) o Estado do Sergipe responderá objetivamente pelo dano causado ao repórter.
- b) o Estado do Sergipe responderá subjetivamente pelo dano causado ao repórter.
- c) a Polícia Militar do Estado e o policial responderão objetivamente, perante o repórter, pelo dano causado que lhe foi causado.
- d) O Estado de Sergipe e a Polícia Militar respondem solidariamente, perante o repórter, pelo dano causado que lhe foi causado.
- e) o Estado do Sergipe não responde pelo dano em questão, pela existência de culpa exclusiva da vítima.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

79. Considerando as disposições do Código Civil que tratam sobre empresário, sociedades, prepostos e estabelecimento empresarial, é correto afirmar:

- a) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. Ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, mesmo que estranhos ao acervo daquela.
- b) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido não produzirá efeito em relação aos respectivos devedores.
- c) O preposto, salvo autorização expressa, não pode negociar por conta própria ou de terceiro, nem participar, embora indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida, sob pena de responder por perdas e danos e de serem retidos pelo preponente os lucros da operação.
- d) Também será considerado empresário aquele que exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, com o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- e) Na sociedade em conta de participação, o sócio ostensivo pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.

80. Sobre a escrituração, é correto afirmar:

- a) A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais ou estrangeiras, conforme o caso, e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.
- b) É vedada a escrituração resumida do Diário.
- c) O empresário ou sociedade empresária que adotar o sistema de fichas de lançamentos poderá substituir o livro Diário pelo livro Balancetes Diários e Balanços, dispensados das formalidades extrínsecas exigidas para aquele.
- d) O juiz só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração em caso de falência.
- e) O balanço de resultado econômico, ou demonstração da conta de lucros e perdas, acompanhará o balanço patrimonial e dele constarão crédito e débito.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

81. Analise as assertivas a seguir:

- I. Como os custos variáveis estão diretamente relacionados com o volume de produção, quanto maior a quantidade produzida, maior será o custo variável unitário de produção.
- II. Uma margem de segurança de 50 unidades significa que os custos de uma empresa podem subir até esse limite, sem que a empresa apresente prejuízos.
- III. O grau de alavancagem operacional indica o aumento no lucro resultante de um determinado aumento no volume de vendas, podendo ser calculado pela divisão entre a margem de segurança total e o lucro total.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão falsos.

82. São apresentadas a seguir informações referentes aos saldos de contas do mês de janeiro de 2022 da fábrica MAVIFOR que adota o custeio por absorção:

	R\$
• Matéria-prima consumida:	3.600
• Estoque de produtos acabados em 31/1/22:	600
• Estoque de produtos em elaboração em 31/1/22:	600
• Gastos gerais de fabricação:	1.000
• Estoque de produtos acabados em 1º/1/22:	1.400
• Salário dos empregados da fábrica:	1.400
• Estoque de produtos em elaboração em 1º/1/22:	1.500

O custo do produto vendido é de:

- a) R\$ 7.700,00
- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 6.900,00
- d) R\$ 6.500,00
- e) R\$ 7.000,00

83. A empresa industrial MAVIFOR que fabrica e vende um único produto ao preço unitário de venda de R\$ 72, apresentou os seguintes custos e despesas em 2022.

Custos variáveis totais

- Materiais diretos: R\$ 144.000
- Mão de obra direta: R\$ 84.000
- Custos indiretos variáveis: R\$ 12.000
- Custos fixos totais: R\$ 144.000

Despesas de venda e despesas administrativas totais

- Variáveis: R\$ 60.000
- Fixas: R\$ 108.000

Sabe-se que, no período, foram produzidas 10.000 unidades e vendidas 8.000 unidades.

O lucro líquido apurado pelo custeio por absorção será superior ao do apurado pelo custeio variável no exato montante de:

- a) R\$ 28.500,00.
- b) R\$ 28.800,00.
- c) R\$ 26.700,00.
- d) R\$ 27.300,00.
- e) R\$ 30.000,00

84. Considerando que uma empresa industrial consuma 40% de sua receita de vendas com seus custos variáveis, possuindo uma margem de contribuição unitária de R\$ 10, e que essa empresa obtenha um lucro operacional líquido de R\$ 4.000, com a venda de 6.000 unidades o faturamento dessa empresa será de:

- a) 60.000,00.
- b) 100.000,00.
- c) 120.000,00.
- d) 166.666,66.
- e) 200.000,00.

85. Considere as seguintes informações, referentes à venda de 27.000 unidades de um mesmo produto por uma empresa:

• Vendas	1.890.000
• Despesas Variáveis	1.215.000
• Despesas Fixas	360.000

Essa empresa precisará vender quantas unidades desse produto para atingir o ponto de equilíbrio?

- a) 8.000.
- b) 10.000.
- c) 14.400.
- d) 12.200.
- e) 15.000.

86. A indústria MAVIFOR fabrica três produtos (X, Y e Z), utilizando equivalentes de produção em seu sistema de produção contínua. Os seus custos de matéria-prima são 100% alocados no início do processo e os custos de transformação são alocados proporcionalmente às unidades equivalentes de produção. Em dado mês, foi iniciada e concluída a produção de 50 unidades do produto X e de 100 unidades do produto Z. O produto Y ficou 60% concluído ao final do processamento de suas 150 unidades. Nessa situação hipotética, considerando-se que o total de custos de conversão aplicados à produção do período tenha sido de R\$ 67.500 e que o custo unitário de matéria-prima do produto Y tenha sido de R\$ 40, o custo da produção equivalente total do produto Y será:

- a) 28.000,00.
- b) 29.850,00.
- c) 30.000,00.
- d) 31.312,50.
- e) 32.530,00.

87. Analise as assertivas a seguir:

I. Para serem classificados como controláveis, os custos devem ser incorridos no próprio departamento em que se controla e reporta a apuração; ao passo que os não controláveis são aqueles sobre os quais o setor de análise não tem qualquer ingerência.

II. No sistema ABC, a transferência de CIF de um departamento para outro fundamenta-se no fato de que o departamento beneficiado pelo serviço de outro deve ser onerado pela carga de CIF gerada em função do respectivo serviço. Já no custeio departamental, não há essa preocupação, pois o fundamento está em que as atividades foram realizadas em função dos produtos.

III. Despesa é a redução patrimonial involuntária com o objetivo de realização de receitas.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão falsos.

88. Dados extraídos da contabilidade da companhia É LENHA S.A em 31.07.21:

- Matéria-prima comprada em julho: R\$ 500,00
- Custos indiretos de fabricação em julho: R\$ 600,00
- Estoque inicial de produtos em elaboração: R\$ 800,00
- Custo da produção acabada: R\$ 1.950,00
- Estoque final de produtos em elaboração: R\$ 400,00

O valor da mão de obra direta no referido mês alcançou o valor de:

- a) R\$ 300,00.
- b) R\$ 350,00.
- c) R\$ 400,00.
- d) R\$ 450,00.
- e) R\$ 500,00.

89. Analise as assertivas a seguir:

- I. Se o estoque final de produtos acabados for menor que o estoque inicial de produtos acabados, o custo dos produtos vendidos será menor que o custo de produção acabada.
- II. Quanto maior é a complexidade dos processos de fabricação de determinado produto, menor será a distorção causada na apuração do seu custo de produção quando não se usa o ABC.
- III. Os custos primários são os custos que estão diretamente associados à produção.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão falsos.

90. Um grande hotel de Fortaleza/CE apresenta custos fixos anuais no valor de R\$ 2.000.000,00.

O hotel conta com 50 quartos iguais disponíveis para locação ao preço diário de R\$ 250,00, e seu custo variável unitário é de R\$ 100,00 por locação.

Sabendo-se que o hotel funciona 365 dias ininterruptos no ano, o percentual de ocupação anual do hotel necessário para que ele atinja seu ponto de equilíbrio operacional é de:

- a) 13%;
- b) 33%;
- c) 53%;
- d) 73%;
- e) 93%.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE SERGIPE E ÉTICA

Eduardo da Rocha e Rafael Rocha

91. Com base na lei estadual 4.483/01, pode-se afirmar que “orientar e responder consultas do público interno e externo em questões não-tributárias” é uma competência do seguinte órgão:

- a) Assessoria-Geral de Gestão Não-Tributária.
- b) Assessoria Geral de Gestão Tributária.
- c) Gerência-Geral de Tributação Estadual.
- d) Gerência-Geral de Controle Tributário.
- e) Gerência-Geral do Contencioso Administrativo-Tributário.

92. Com base na lei estadual 4.483/01, pode-se afirmar que a gestão e a execução da administração tributária estadual, compete à/ao:

- a) Superintendência de Gestão Tributária e Não-Tributária.
- b) Superintendência de Finanças Públicas.
- c) Superintendência de Administração e Finanças.
- d) Gabinete do Secretário.
- e) Conselho Superior de Recursos Fiscais.

93. Será exonerado da função o Julgador de 1^a Instância se ele não julgar:

- a) mensalmente, pelo menos, 4 processos, durante 3 meses seguidos ou 6 alternados, no mesmo exercício, injustificadamente, salvo se não tiver sob sua posse esta quantidade de processos.
- b) mensalmente, pelo menos, 6 processos, durante 3 meses seguidos ou 6 alternados, no mesmo exercício, injustificadamente, salvo se não tiver sob sua posse esta quantidade de processos.
- c) mensalmente, pelo menos, 4 processos, durante 3 meses seguidos ou 6 alternados, no mesmo exercício, em qualquer hipótese, ele será exonerado da função, salvo se não tiver sob sua posse esta quantidade de processos.
- d) mensalmente, pelo menos, 6 processos, durante 2 meses seguidos ou 4 alternados, no mesmo exercício, injustificadamente, ele será exonerado da função, salvo se não tiver sob sua posse esta quantidade de processos.
- e) mensalmente, pelo menos, 4 processos, durante 3 meses seguidos ou 6 alternados, no mesmo mandato, injustificadamente, ele será exonerado da função, salvo se não tiver sob sua posse esta quantidade de processos.

94. De acordo com o regulamento que rege o PAF no Estado de Sergipe, é considerado suspeito o julgador que:

- a) tenha atuado como autuado no processo.
- b) assim se declarar por motivo de foro íntimo.
- c) seja servidor do Fisco Estadual à disposição de outros órgãos, inclusive entidades sindicais e associativas.
- d) seja sócio, empregado, assessor ou prestador de serviço do autuado.
- e) seja cônjuge, companheiro, parente, consanguíneo ou afim de outro membro do CONTRIB/SE em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.

95. Em se tratando da instituição de usufruto em favor de terceiro, é correto afirmar que a base de cálculo do ITCMD corresponderá à/ao:

- a) valor venal do bem transmitido.
- b) 2/3 do valor venal do bem transmitido.
- c) 50% do valor venal do bem transmitido.
- d) 1/3 do valor venal do bem transmitido.
- e) valor arbitrado pela autoridade fiscal.

96. Acerca do ITCMD, é correto afirmar que:

- a) a quantidade de fatos geradores do imposto corresponde à quantidade de bens transmitidos.
- b) o imposto incide sobre os bens que, na divisão de patrimônio comum, forem atribuídos a um dos cônjuges, no valor correspondente à sua meação.
- c) o ITCMD incide também sobre a instituição de quaisquer direitos reais.
- d) considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere bem, vantagem ou direito de seu patrimônio, com ou sem encargo, para o de outra que o aceita expressa ou tacitamente.
- e) não sendo possível identificar o momento da ocorrência do fato gerador da doação, o mesmo deve ser considerado como ocorrido no primeiro dia do exercício financeiro da sua verificação.

97. De acordo com a Lei Estadual nº 8.638/2019, que institui a Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos - TFSD, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. A TFSD deve ser paga após a ocorrência dos atos e fatos sobre que incidirem.
 - II. A receita da TFSD não pode ser vinculada.
 - III. Não se admite consulta tributária referente às taxas.
- a) Estão corretos os itens I e II, apenas.
 - b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - c) Todos os itens estão incorretos.
 - d) Está correto o item II, apenas.
 - e) Está correto o item III, apenas.

98. No que tange ao IPVA, de acordo com a lei 7.655/2013, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. É isento do IPVA o veículo rodoviário utilizado na categoria de táxi, de propriedade de motoristas profissionais autônomos ou cooperativados, limitado a 01 veículo por beneficiário, exceto se a propriedade se afigure dependente de termo final de leasing.

II. É isento do IPVA o veículo utilizado no combate a incêndio, havendo ou não cobrança por esses serviços.

III. Fica dispensado o pagamento do imposto relativo ao veículo de propriedade de empresa locadora, na hipótese de transferência para operação do veículo em outro Estado, em caráter não esporádico, a partir do mês seguinte à ocorrência do fato, desde que seja comprovado o pagamento proporcional aos meses restantes do ano civil em favor do Estado de destino, se assim estiver previsto na legislação do referido Estado.

a) Estão corretos os itens I e III, apenas.

b) Estão corretos os itens II e III, apenas.

c) Todos os itens estão corretos.

d) Está correto o item I, apenas.

e) Está correto o item III, apenas.

99. De acordo com a lei 7.655/2013, assinale a alternativa correta:

a) A base de cálculo do IPVA para veículos novos é o valor de mercado do veículo usado constante da tabela.

b) A alíquota do IPVA para motocicletas é de 2,5%.

c) É contribuinte do IPVA o agente público responsável pela contratação de locação de veículo, para uso em Sergipe por pessoa jurídica de direito público, em relação aos fatos geradores ocorridos nos exercícios em que o veículo estiver sob locação.

d) Considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA, relativamente a veículo de propriedade de empresa locadora, na data em que vier a ser locado ou colocado à disposição para locação no território de Sergipe, em se tratando de veículo usado registrado anteriormente em outro Estado.

e) Considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA sempre em 1º de janeiro.

100. De acordo com a lei 3.796/96, considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento:

a) na entrada da mercadoria no estabelecimento importador, em se tratando de bens ou mercadorias importados do exterior.

b) da solicitação de baixa cadastral, relativamente a mercadoria constante do estoque final.

c) da transmissão de propriedade de mercadoria ou de título que a represente, quando a mercadoria tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.

d) da entrada de petróleo, oriundo de operação interna, quando não destinado à comercialização.

e) da contratação, por contribuinte normalmente inscrito no cadastro estadual, de serviço a ser prestado por transportador autônomo, para efeito de exigência do imposto por substituição ou antecipação tributária.

101. A lei do ICMS sergipana elenca diversos casos de não incidência do imposto. Assinale a alternativa que não se apresenta listada na referida lei.

- a) operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
- b) o consumo e a queima de gás natural, inclusive acaso reinjetado, decorrentes ou empregados nos processos de exploração, de desenvolvimento, de produção e de processamento de petróleo ou do gás natural, nos blocos ou nos campos terrestres ou marítimos, localizados nas bacias sedimentares do Estado de Sergipe, pelo próprio contribuinte.
- c) operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar.
- d) operações com impresso personalizado.
- e) operações com mercadorias destinadas a armazém-geral, ou depósito fechado e o retorno ao estabelecimento remetente, quando situados dentro do Estado de Sergipe.

102. De acordo a legislação do ICMS sergipana, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. Presume-se a ocorrência de omissão de operações e prestações de serviços tributáveis, realizadas sem o pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção, a existência de saldo devedor na conta caixa e a constatação de suprimentos a caixa não comprovados.
- II. Contribuinte do ICMS é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- III. Caso o fato gerador presumido se realize por valor diverso do que serviu de base de cálculo para a retenção do imposto devido por substituição tributária, cabe ao contribuinte substituído recolher a diferença, na hipótese de se realizar por valor superior.
 - a) V – V - V.
 - b) F – F - F.
 - c) F – V - V.
 - d) F – V - F.
 - e) V – V - F.

103. Acerca do ICMS e de acordo com a legislação tributária do Estado de Sergipe, assinale a opção incorreta.

- a) É vedado o crédito na devolução de mercadoria por consumidor final ou no retorno de mercadoria não negociada no comércio ambulante.
- b) É vedado, salvo determinação em contrário da legislação, o crédito relativo à mercadoria ou bem entrados no estabelecimento ou a prestação de serviços feita ao mesmo decorrentes de operações ou prestações isentas ou não tributadas ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.
- c) É vedado, salvo determinação em contrário da legislação, o crédito relativo à mercadoria para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto a destinada ao exterior.
- d) É vedado, salvo determinação em contrário da legislação, o crédito relativo à mercadoria para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção, quando a saída do produto resultante, não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto quando se tratar de saída para o exterior.
- e) É vedado, salvo determinação em contrário da legislação, o crédito relativo à mercadoria na hipótese de o documento fiscal correspondente indicar estabelecimento destinatário diverso do recebedor da mercadoria ou usuário do serviço.

104. De acordo com o Decreto 29.925/14, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, instituído pela Lei nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, e da Ciência e Tecnologia – SEDETEC, é um instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado, através da concessão de incentivos e estímulos a empreendimentos.
 - II. O PSDI tem por objetivo incentivar e estimular o desenvolvimento socioeconômico estadual, mediante a concessão de apoio financeiro, creditício, locacional, fiscal e/ou de infraestrutura a empreendimentos.
 - III. Os benefícios do PSDI aplicam-se inclusive ao ICMS retido por substituição tributária.
 - IV. Quando da apuração do ICMS beneficiado resultar em saldo credor em favor da empresa beneficiária, inclusive em decorrência da realização de operações de exportação, o valor correspondente deve implicar em desembolso ao Tesouro do Estado, mas não podendo ser transferido para outro estabelecimento da empresa ou de terceiros.
- a) Todas as alternativas estão corretas.
 - b) Há um item correto, apenas.
 - c) Há dois itens corretos, apenas.
 - d) Há três itens corretos, apenas.
 - e) Há quatro itens corretos, apenas.

105. De acordo com o Decreto 30.479/2017, que regulamenta a Lei Estadual nº 8.180, de 28 de dezembro de 2016, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado de Sergipe – FEEF, assinale a opção incorreta:

- a) Os recursos auferidos pelo FEEF serão destinados ao equilíbrio fiscal do Tesouro do Estado.
- b) O FEEF tem natureza permanente.
- c) O não pagamento do percentual do FEEF por 03 meses, consecutivos ou não, implicará na perda definitiva do incentivo ou benefício fiscal concedido.
- d) Ficam dispensados do pagamento do recolhimento do FEEF os contribuintes que, no mês de referência da apuração do ICMS, apresentem incremento na arrecadação, no mínimo, em valor equivalente ao montante que seria devido ao FEEF.
- e) Não se aplica o percentual do FEEF ao benefício auferido quando do pagamento do ICMS diferido nas importações, do exterior, de bens de capital novos, bem como do deferimento do diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais pertinentes aos referidos bens de capital, feitas por empreendimentos industriais.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

106. Segundo a 27005, os critérios básicos são definidos em qual etapa do processo de gestão de riscos?

- a) Definição de contexto
- b) Identificação de Riscos
- c) Análise de Riscos
- d) Avaliação de Riscos
- e) Tratamento de Riscos

107. Segundo a 27005, a perda de oportunidades de negócio e de valor financeiro deve ser avaliada em

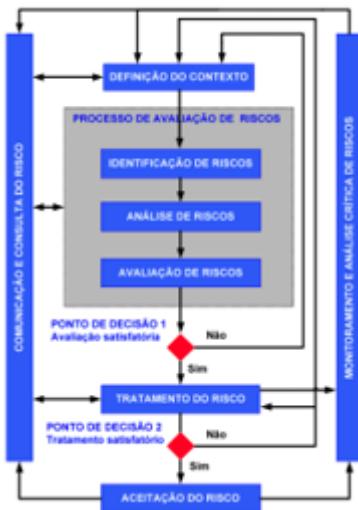
- a) critérios de risco
- b) critérios básicos
- c) critérios de impacto
- d) avaliação riscos
- e) definição de contexto

108. Segundo a 27005, assinale a alternativa correta

- I - Critérios para a aceitação do risco podem incluir mais de um limite, representando um nível desejável de risco, porém precauções podem ser tomadas por gestores seniores para aceitar riscos acima desse nível, desde que sob circunstâncias definidas.
- II - Critérios para a aceitação do risco podem ser expressos como a razão entre o lucro estimado (ou outro benefício ao negócio) e o risco estimado
- III - Diferentes critérios para a aceitação do risco podem ser aplicados a diferentes classes de risco
- a) Somente I
- b) Somente I e II
- c) Somente II e III
- d) Somente I e III
- e) Todas Corretas

109. O processo de avaliação de riscos segundo a 27005 é composto por:

- a) Identificação e Análise de riscos
- b) Identificação, Análise e avaliação de riscos
- c) Comunicação e Tratamento de riscos
- d) Aceitação de riscos somente
- e) Identificação, análise, avaliação , comunicação, tratamento e monitoração de riscos.



110. Segundo a 27005, qual atividade é composta por determinar eventos que possam causar uma perda potencial e deixar claro como, onde e por que a perda pode acontecer.

- a) Análise de riscos
- b) Avaliação de riscos
- c) Identificação de Riscos
- d) Identificação de ameaças
- e) Identificação de nível de riscos

111. Segundo a 27005, qual das atividades não faz parte da identificação de riscos

- a) identificação de ativos
- b) identificação de ameaças
- c) identificação de controles
- d) identificação de vulnerabilidades
- e) análise qualitativa de riscos

112. Segundo a 27005, qual das atividades não faz parte da análise de riscos

- a) análise qualitativa de riscos
- b) análise quantitativa de riscos
- c) Avaliação das consequências
- d) Avaliação da probabilidade dos incidentes
- e) identificação de vulnerabilidades

113. Segundo a 27005, qual etapa recebe como entrada uma lista de cenários de incidentes com suas consequências associadas aos ativos, processos de negócio e suas probabilidades

- a) Determinação do nível de risco
- b) Avaliação de riscos
- c) Tratamento do risco
- d) Aceitação de riscos
- e) Identificação de riscos

114. Segundo a 27005, qual etapa recebe como entrada uma lista de riscos com níveis de valores designados e critérios para a avaliação de riscos.

- a) Determinação do nível de risco
- b) Avaliação de riscos
- c) Tratamento do risco
- d) Aceitação de riscos
- e) Identificação de riscos

115. Qual norma é preparada para prover requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI)

- a) ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013,
- b) ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013,
- c) ABNT NBR ISO/IEC 27005:2019,
- d) ABNT NBR ISO/IEC 27701:2011,
- e) ABNT NBR ISO 22301:2020

116. Qual norma é projetada para as organizações usarem como uma referência na seleção de controles dentro do processo de implementação de um sistema de gestão da segurança da informação (SGSI),

- a) ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013,
- b) ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013,
- c) ABNT NBR ISO/IEC 27005:2019,
- d) ABNT NBR ISO/IEC 27701:2011,
- e) ABNT NBR ISO 22301:2020

117. Segundo a 27002/2013, existem três fontes principais de requisitos de segurança da informação:

- a) avaliação de riscos, legislação vigente, requisitos de negócios
- b) avaliação de riscos, legislação vigente, patrocinadores
- c) normas ISO, legislação vigente, patrocinadores
- d) dados históricos, legislação vigente e requisitos de negócios
- e) as fontes principais não são definidas na 27002 mas sim na 27001

118. O controle análise crítica das políticas de segurança da informação está dentro do objetivo

- a) Orientação da direção para segurança da informação
- b) Organização Interna
- c) Políticas de segurança da informação
- d) Responsabilidades e papéis pela segurança da informação
- e) Segregação de Função

119. Assinale a alternativa correta, segundo a 27001/2013

- I - Os requisitos definidos nesta Norma são genéricos e são pretendidos para serem aplicáveis a todas as organizações independentemente do tipo, tamanho ou natureza
- II - A exclusão de quaisquer dos requisitos especificados nas seções 4 a 10 não é aceitável quando a organização busca a conformidade com esta Norma.
- III - A organização deve determinar os limites e a aplicabilidade do sistema de gestão da segurança da informação para estabelecer o seu escopo

- a) Somente I
- b) Somente I e II
- c) Somente II e III
- d) Somente I e III
- e) Todas Corretas

120. O controle relacionado à Conscientização, educação e treinamento em segurança da informação está dentro do objetivo

- a) Durante a Contratação
- b) Antes da contratação
- c) Encerramento e mudança da contratação
- d) Organização interna
- e) Segurança em recursos humanos

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SE-27-03>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>